



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Conferência das Partes da CMNUCC - Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 05/11/2018



Portal da Prefeitura de
CAMPO LARGO.

Campo Largo inicia programação da Campanha Novembro Resiliente

A abertura do evento contou com a presença do Major Eduardo Pinheiro, do CEPED (Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres)



Publicada em: 01/11/2018 às 18:13

Com a presença de vereadores, secretários municipais, diretoras e diretores de escolas, diretores de associações de moradores, e do público em geral, foi realizada na manhã desta quinta-feira (01), na Câmara Municipal de Campo Largo, a programação **Novembro Resiliente**, um mês inteiro para levar a toda população o conceito de Resiliência. O objetivo é, no final do mês, elaborar o projeto do **Plano Municipal de Resiliência**.

A abertura do evento contou com a presença do Major Eduardo Pinheiro, do CEPED (Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres), do prefeito Marcelo Puppi, do presidente da Câmara de Vereadores, Bento Vidal, e do Coordenador da

Defesa Civil de Campo Largo, Wilson Battochio Aparicio. À tarde, a reunião foi realizada no auditório da Prefeitura Municipal, para os servidores públicos. Em ambos os locais, o Major Pinheiro e o prefeito informaram sobre os passos para Campo Largo conquistar o título de Cidade Resiliente, na ONU.

A programação continua durante todo o mês. No dia 23, será realizada uma Audiência Pública, na Câmara Municipal, para a elaboração do **Plano Municipal de Resiliência**.

FONTE:<http://www.campolargo.pr.gov.br/site/noticias/id/6261>

FONTE:<http://www.campolargo.pr.gov.br/site/noticias/id/6179>



Sedec-RJ promove curso de manejo de animais em desastres

Trinta agentes foram capacitados. Trabalho final será avaliado para inserção no Plano de Emergência do Estado

A Secretaria de Estado de Defesa Civil (Sedec-RJ), por meio da Escola de Defesa Civil (Esdec-RJ), capacitou 30 agentes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) no manejo de animais em situações de desastre. O curso aconteceu entre os dias 24 e 26 de outubro, na sede da Esdec-RJ, e foi realizado em parceria com a Proteção Animal Mundial (WAP). A intenção é que o trabalho final das atividades seja incluído no Plano de Emergência do Estado do Rio de Janeiro (PEM/RJ).

Durante os encontros foram discutidas políticas e leis (nacionais e internacionais) relacionadas à proteção e ao bem-estar animal nas atividades de redução de riscos e de resposta a tragédias.

- Ao fim do evento, os participantes foram divididos em cinco grupos. Cada um deles apresentou cinco propostas de inclusão dos animais em um Plano de Redução de Riscos. Estas ideias serão encaminhadas ao Departamento Geral de Defesa Civil (DGDEC) para que seja avaliada a inserção no Plano de Emergência do Estado - explicou o coronel Marcio Romano, diretor da Esdec-RJ.

As aulas reuniram profissionais da Secretaria de Estado de Defesa Civil (Sedec-RJ), do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), do Comando de Polícia Ambiental da Polícia Militar (PMERJ), da Cruz Vermelha, da Guarda Municipal, de órgãos municipais de Defesa Civil e Proteção Ambiental, além de voluntários.

FONTE:<http://www.cbmerj.rj.gov.br/institucional/item/1218-sedec-rj-promove-curso-de-manejo-de-animais-em-desastres>



UNESCO lança em SP relatório global sobre economia criativa e políticas culturais

Em parceria com o Ministério da Cultura (MinC) e o Itaú Cultural, a [UNESCO](#) realiza na próxima terça-feira (6), em São Paulo, o lançamento da versão em português do relatório mundial *Repensar as Políticas Culturais: Criatividade para o Desenvolvimento*. A pesquisa mostra que a economia criativa gera receitas de 2,25 bilhões de dólares por ano, além de exportações globais de mais de 250 bilhões de dólares. O ramo também responde por 30 milhões de empregos em todo o mundo.

A apresentação do documento acontece em encontro de especialistas e gestores no Itaú Cultural — acesse a programação na íntegra [clikando aqui](#).

A divulgação do relatório é uma das atividades da primeira edição do Mercado das Indústrias Criativas do Brasil (MicBR), um megaevento de negócios organizado pela pasta da Cultura. De 5 a 11 de novembro, a iniciativa reunirá artistas e empreendedores dos setores culturais e criativos do Brasil e de outros países da América do Sul. Programação vai ocupar o corredor cultural da Avenida Paulista.

Participam do lançamento da pesquisa o ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, o secretário de governo da Cultura da Argentina, Pablo Avelluto, o diretor do Itaú Cultural, Eduardo Saron, e a diretora e representante da UNESCO no Brasil, Marlova Jovchelovitch Noleto. A análise do documento será feita pelo argentino Octavio Kulesz, diretor da Editora Teseu e autor do capítulo “Políticas Culturais na era das plataformas”. Na sequência, serão realizados painéis com temas abordados no relatório.

No mesmo evento, também será discutido o relatório *The Brazilian Creative Economy* (em inglês), desenvolvido pela Tom Fleming Creative Consultancy, por meio de uma parceria entre o British Council, a Fundação Newton e o Sebrae. A publicação traz um panorama da economia criativa no Brasil e uma proposta metodológica para a avaliação de programas de economia criativa em áreas vulneráveis. O documento conta ainda com o Guia UK-Brazil, que para compartilhamento de boas práticas em economia criativa, com casos inspiradores de diversos países.

Para se inscrever no lançamento do relatório e/ou realizar seu credenciamento de imprensa, [clique aqui](#).

O Brasil no relatório

No Brasil, as ferramentas de avaliação discutidas no relatório mundial já foram utilizadas localmente pela Prefeitura de Santos (SP), uma das integrantes da Rede de Cidades Criativas da UNESCO.

O país se destaca na publicação da ONU por estratégias de modernização das indústrias culturais e por incentivos ao empreendedorismo — em 2015, foi criada a Rede de Incubadoras Brasil Criativo, em âmbito nacional.

O governo brasileiro também implementou, de 2013 a 2015, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres do Brasil, que traz visibilidade para as contribuições culturais das mulheres na sociedade brasileira. O programa aborda ainda o acesso à produção cultural, à mídia e ao conteúdo, além de cumprir a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). Esse marco tem uma meta sobre igualdade de gênero, direitos humanos e liberdades individuais.

Sobre o relatório

A pesquisa da UNESCO é um importante instrumento para implementar a Convenção de 2005 sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais nos países. O texto foi ratificado por 146 Estados-membros. O relatório avalia os progressos e os desafios para implementar os objetivos desse marco internacional, funcionando como um guia de ação da UNESCO para fortalecer a produção, criação e disseminação de bens, atividades e serviços culturais.

Desde 2015, a UNESCO publica uma série global de relatórios, com base nas informações disponibilizadas a cada quatro anos pelos países signatários da convenção. Essas análises oferecem informações qualitativas e quantitativas sobre políticas para proteger e promover a diversidade de expressões culturais, em nível nacional e internacional. A versão em espanhol do relatório mundial foi lançada em junho deste ano em Bogotá, na Colômbia.

A Convenção de 2005 apoia o direito soberano dos Estados de implementar políticas públicas para dinamizar os setores das indústrias cultural e criativa.

Com a elaboração e divulgação do relatório, a UNESCO também espera contribuir para a execução da [Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas](#).

FONTE: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>



Especialistas da ONU afirmam que nível de radiação em Fukushima ainda é preocupante

Um especialista em direitos humanos da ONU pediu na semana passada (25) que o governo japonês interrompa a atual realocação de pessoas, principalmente crianças e mulheres, em áreas de Fukushima onde os níveis de radiação permanecem mais altos do que o considerado seguro ou saudável, [após o desastre nuclear de sete anos atrás](#).

O relator especial das Nações Unidas sobre substâncias e resíduos perigosos, Baskut Tuncak, apresentou um relatório à Assembleia Geral em Nova Iorque, destacando casos de vítimas de poluição tóxica levados ao seu conhecimento nos últimos anos e que demandam ação global.

O especialista disse que a decisão do governo japonês de aumentar em até 20 vezes o que é considerado nível aceitável de exposição à radiação é profundamente problemático, destacando particularmente o impacto possivelmente grave de excesso de radiação sobre a saúde e bem-estar de crianças.

“É decepcionante ver o Japão ignorar as recomendações de 2017 do mecanismo de monitoramento de direitos humanos da ONU, (que recomendou ao país) retornar ao que considerava uma dose aceitável de radiação antes do desastre nuclear”, disse.

Após o desastre nuclear de 2011, que foi provocado por um forte terremoto seguido de tsunami, o Japão elevou o nível aceitável de radiação para moradores de Fukushima de 1 mSv/ano para 20 mSv/ano.

A Alemanha sugeriu que o país retornasse a níveis aceitáveis mais baixos de exposição (1 mSv/ano), e o governo do Japão aceitou a proposta, de acordo com base de dados da ONU. No entanto, na visão do especialista, a recomendação não está sendo implementada.

O Japão tem o dever de impedir e minimizar a exposição de crianças à radiação, acrescentou o especialista da ONU, se referindo ao seu relatório de 2016 sobre exposição infantil a tóxicos.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, da qual o Japão é parte, contém uma clara obrigação de Estados respeitarem, protegerem e cumprirem o direito da criança à vida, ao desenvolvimento máximo e ao padrão máximo alcançável de saúde, levando em conta seus melhores interesses. Isto, segundo o especialista, exige que Estados como o Japão impeçam e minimizem exposição evitável à radiação e outras substâncias perigosas.

O relator especial disse que o Japão precisa dar detalhes sobre suas decisões em relação ao acidente nuclear em Fukushima, incluindo a suspensão de ordens de retirada e a criação de limites de radiação para 20 mSv/ano, e explicar se estas estão de acordo com os princípios da Convenção, incluindo os melhores interesses das crianças.

Nos últimos anos, Tuncak tem manifestado suas preocupações sobre o tema ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Organizações da sociedade civil também pediram que o governo japonês convidasse o relator para uma visita oficial ao país. O governo do Japão concedeu um convite permanente para outros relatores da ONU, mas não convidou até o momento o responsável pelo tema de substâncias e resíduos perigosos.

Sete anos depois do desastre nuclear, ações para a reconstrução e revitalização de Fukushima estão em processo de implementação, com ordens de retirada suspensas

para a maior parte das áreas e com planos de suspensão de ordens de retirada nos próximos cinco anos até mesmo para as áreas mais contaminadas.

Em março de 2017, o governo japonês retirou subsídios habitacionais para pessoas que se retiraram por vontade própria de áreas que não haviam sido designadas como zonas de retirada.

“A combinação da decisão do governo de suspender ordens de retirada e a decisão de autoridades municipais de cessar o fornecimento de subsídios habitacionais coloca um grande número de pessoas que se retiraram sob imensa pressão para voltar”, disse Tuncak.

“A suspensão gradual de ordens de retirada criou enormes tensões em pessoas cujas vidas já haviam sido afetadas pelo pior desastre nuclear deste século. Muitas sentem que estão sendo forçadas a voltar para áreas inseguras, incluindo aquelas com níveis de radiação acima do que o governo considerava seguro anteriormente.”

FONTE: https://nacoesunidas.org/especialistas-da-onu-afirmam-que-nivel-de-radiacao-em-fukushima-ainda-e-preocupante/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%29



Coleta de dados e evidências Edifício de Apoio à Educação em Situação de Emergência

Esta Edição Especial tem a intenção de abordar a questão dos dados e evidências para apoiar a educação em situações de emergência (EIE). A duração de situações de emergência - conflitos, mas também desastres naturais - frequentemente abrange mais de um ciclo de ensino básico típico de 12 anos. Nestes contextos, a educação é muitas vezes relegado para o vizinho pobre de apoio humanitário apesar do seu papel fundamental em trazer de volta um senso de normalidade e proteger as crianças, proporcionando-lhes um lugar seguro em ambientes precários.

Se você estiver interessado em participar, pedimos gentilmente para enviar uma confirmação para contribuir e um título e resumo curto (não mais de 250 palavras) para Dr. Mary Mendenhall (mendenhall@tc.columbia.edu) por **15 novembro de 2018**. Se você está considerando uma submissão multimídia, por favor, explicar o que isso pode acarretar; a equipe editorial irá trabalhar com você para determinar o melhor ajuste para as NSI 03. Os resumos podem ser submetidos em Inglês, francês, espanhol ou árabe. O prazo para apresentação do artigo final é **21 de dezembro**.

Uma vez que estamos pedindo artigos curtos, vamos privilegiar aqueles que são precisos, original e relevante. A questão visa incluir as contribuições não só de

pesquisadores, mas também de organizações da sociedade civil, organizações internacionais e outras partes interessadas, entre outros, envolvidos na educação e que não necessariamente encontrar um espaço para fazer suas vozes ouvidas.

FONTE: https://www.norrag.org/call-for-contributions-norrag-special-issue-03-data-collection-and-evidence-building-to-support-education-in-emergencies/?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=392b9c502f-BWB_2015_7_2_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-392b9c502f-25743853



Livre para pensar 2018

Livre para pensar 2018 é a quarta parcela de um relatório anual por estudiosos no Projeto de Monitoramento Liberdade Académica do risco, analisando 294 ataques a comunidades de ensino superior em 47 países, entre 1 de Setembro de 2017, a 31 de Agosto, 2018.

“Comunidades de ensino superior são atacados com frequência alarmante”, disse Robert Quinn, Diretor Executivo da RAEM. Sr. Quinn acrescentou: “Desde os ataques suicidas de extremistas para restrições de viagem impostas pelo Estado, o relatório deste ano mostra como estudiosos, estudantes e comunidades de ensino superior estão na linha de frente na luta para a liberdade de pensar e fazer perguntas, especialmente daqueles no poder. Este relatório é uma chamada à ação: aos Estados, à sociedade civil e ao público em geral para exigir uma maior proteção para as comunidades de ensino superior em todos os lugares ..”

Livre para pensar 2018 analisa 12 meses de dados compilados pela de SAR [Projeto de Monitoramento Liberdade Académica](#) e identifica as principais tendências em ataques ao sector do ensino superior internacional.

FONTE: <https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2018/10/Free-to-Think-2018.pdf>



CEPAL

Comissão da ONU lança observatório latino-americano de energias renováveis

Iniciativa da Comissão Econômica da ONU para a América Latina e o Caribe (CEPAL) funcionará como uma plataforma de assistência técnica e cooperação Sul-Sul, permitindo diálogo entre os países e apoio a projetos nacionais.

Em 2016, 14 milhões de pessoas vivendo na região ainda não tinham acesso a energia elétrica. Em alguns países, mais de 5% da população vive no escuro.

A Comissão Econômica da ONU para a América Latina e o Caribe (CEPAL) lançou nesta semana (30) o Observatório Regional de Energias Sustentáveis. Iniciativa funcionará como uma plataforma de assistência técnica e cooperação Sul-Sul, permitindo diálogo entre os países e apoio a projetos nacionais.

Na avaliação do organismo da ONU, a região avançou na universalização da energia elétrica. Em 2000, 43,6 milhões de pessoas não tinham eletricidade. Dezesseis anos mais tarde, o número caiu para 14 milhões. De 1990 para 2016, as desigualdades de acesso a energia entre o campo e as cidades caíram de 31% para 5,1%. Mas lacunas consideráveis perduram, aponta a CEPAL. Em algumas nações, mais de 5% da população continua no escuro, sobretudo nas zonas rurais.

O Observatório Regional foi anunciado durante o II Fórum Técnico Regional de Planejadores Energéticos, que aconteceu na terça-feira (30) em Santiago, Chile, na sede da CEPAL. Com recursos do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas, o novo organismo vai fortalecer as capacidades dos países para conceber e implementar políticas de produção e distribuição de energia.

A instituição vai ajudar os Estados-membros da CEPAL a cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) de nº 7 — assegurar o acesso universal e barato a energia, aumentar a participação de fontes renováveis nas matrizes energéticas e dobrar melhorias de eficiência até 2030.

Segundo a comissão da ONU, a América Latina e o Caribe têm um potencial abundante para explorar a energia solar e eólica. Outro tema que merece mais atenção, de acordo com a comissão, é a complementaridade energética regional — quando governos se articulam para compartilhar redes de fornecimento e produção de eletricidade.

Durante o encontro de especialistas em Santiago, o vice-chefe da CEPAL, Mario Cimoli, reiterou o compromisso da comissão em promover matrizes energéticas eficientes e ambientalmente responsáveis, que apoiem a inclusão social e mudanças estruturais.

O Observatório Regional será administrado pela Divisão de Recursos Naturais e Infraestrutura da CEPAL. Uma das missões da instituição será integrar diferentes iniciativas já existentes no setor de energia, como o Programa Base de Indicadores de Eficiência Energética (BIEE), o programa Complementaridade Energética e Desenvolvimento Sustentável (ECOSUD) e o próprio fórum técnico.

FONTE: <https://nacoesunidas.org/comissao-da-onu-lanca-observatorio-latino-americano-energias-renovaveis/>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>